

FUNCIONALISMO PÚBLICO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI: TRANSFORMAÇÕES OCUPACIONAIS NOS DIFERENTES NÍVEIS DO PODER EXECUTIVO ENTRE 2003 E 2018

Brazilian public service in the 21st century: occupational changes at different levels of the executive power between 2003 and 2018

La función pública brasileña en el siglo XXI: cambios ocupacionales en los diferentes niveles del poder ejecutivo entre 2003 y 2018

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória do perfil ocupacional do Poder Executivo nos níveis federal, estadual e municipal do Brasil entre 2003 e 2018. Em número de vínculos empregatícios, o executivo tornou-se 42% maior no intervalo, tendo, porém, heterogeneidades entre os níveis federativos e no grau de especialização dos servidores incorporados. Estudos prévios vêm se utilizando de análises temporais para demonstrar a transformação do Estado por meio do funcionalismo em aspectos políticos e sociológicos. Este trabalho busca contribuir na compreensão sobre o que faz o Estado, qual o perfil dos recursos humanos disponíveis para sua atuação, e como ele se tem transformado nos últimos anos. Para isso, foram analisados dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sobre os grandes grupos ocupacionais e as categorias que mais cresceram e mais diminuíram nesse período. Os resultados sugerem um processo de variações ocupacionais do Estado que dialogam com as novas atribuições posteriores à Constituição de 1988, apesar de diferenças marcantes entre os níveis federativos.

PALAVRAS-CHAVE: funcionalismo público, burocracia, ocupações, recursos humanos, perfil ocupacional.

Leonardo Souza Silveira¹

leosilveira.soc@gmail.com

ORCID: 0000-0002-9083-3123

Pedro Henrique Elgaly da Penha¹

elgalypedro@gmail.com

ORCID: 0000-0002-4458-7320

Bruno Portes Costa de Castro¹

bruno.castro@ipea.gov.br

ORCID: 0000-0003-0193-2734

¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada no Rio de Janeiro (IPEA/RJ).

Submetido 18-01-2021. Aprovado 22-04-2021

Avaliado pelo processo de *double blind review*

Editores científicos convidados: Alketa Peci (FGV EBAPE, RJ, Brasil), Cibele Franzese (FGV EAESP, SP, Brasil), Felix Lopez (IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, RJ, Brasil), Leonardo Secchi (UDESC, SC, Brasil) e Thiago Dias (UFRN, RN, Brasil).

DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v26n84.83076>

ABSTRACT

This paper aims to analyze the occupational profile's pathway in the executive power in Brazil at federal, state and municipal levels between 2003 and 2018. The amount of working contracts in the executive increased 42% in this interval, although presenting heterogeneities among federative levels and the degree of specialization of integrated servants. Previous studies have made temporal analysis on civil service to show State's transformations in political and sociological aspects. This paper seeks to contribute to the comprehension of what the State does, the human resources available, and how it has been changing in the past years. In this regard, data from Annual Relation of Social Information, RAIS, was analyzed about major groups, and the categories that expanded and shrunk most in this period. Results suggest a process of modernization of Brazilian state that dialogues with its attributions after the 1988 Federal Constitution, in spite of remarkable differences between the federative levels.

KEYWORDS: *civil service, bureaucracy, occupations, occupational profile, human resources.*

RESUMEN: *El propósito de este artículo es analizar la trayectoria del perfil ocupacional del poder ejecutivo a nivel federal, estatal y municipal en Brasil entre 2003 y 2018. En número de relaciones laborales, el ejecutivo creció 42 % en el intervalo, habiendo, sin embargo, heterogeneidades entre los niveles federales y el grado de especialización de los servidores incorporados. Estudios anteriores utilizaron análisis temporales para demostrar la transformación del Estado por medio del funcionalismo en aspectos políticos y sociológicos. Este trabajo busca contribuir a la comprensión de lo que hace el Estado, cuál es el perfil de los recursos humanos disponibles para su desempeño y cómo se ha transformado en los últimos años. Para esto, se analizaron los datos de la Lista Anual de Información Social, RAIS, sobre los principales grupos ocupacionales y las categorías que más crecieron y disminuyeron durante este período. Los resultados sugieren un proceso de variaciones ocupacionales del Estado que dialogan con las nuevas atribuciones posteriores a la Constitución de 1988.*

PALABRAS CLAVE: *servicio público, burocracia, ocupaciones, perfil ocupacional, recursos humanos.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória do perfil ocupacional do funcionalismo público brasileiro no Poder Executivo em seus três níveis federativos entre 2003 e 2018. Ao analisar o funcionalismo, responde-se, em partes, ao que faz o Estado, qual o perfil dos recursos humanos disponíveis para sua atuação e como ele se tem transformado nos últimos anos. De maneira geral, as investigações acerca da história do funcionalismo público revelam aspectos da transformação do Estado, como as origens dos laços patrimonialistas que o caracterizaram por anos (Bresser-Pereira, 2001), os esforços de tornar as seleções impessoais e profissionalizar o quadro de servidores (Pessoa, 2011a), a posição do funcionalismo perante um regime autoritário (Cardoso, 1973) e suas transformações a partir da Constituição de 1988 (Pessoa, 2002; Filgueiras, 2018). Ou seja, o funciona-

lismo público brasileiro carrega características dos processos políticos em que o Estado esteve envolvido, permitindo compreender suas respostas a demandas e pressões sociais.

Para além desse histórico já bem documentado do Estado brasileiro, este artigo analisa o período entre 2003 e 2018. Nesse intervalo, o Poder Executivo brasileiro cresce em 42% em número de servidores, sendo, porém, que existem heterogeneidades, como um crescimento menor por parte do Executivo estadual. Esse crescimento já foi analisado em termos do número de vínculos de trabalho, escolaridade (Lopez & Guedes, 2018; Furtado, 2018), cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) (Lopez & Silva, 2019), salários (Costa, Gaiger, Azevedo, Carvalho, & Barbosa 2020), entre outros. Porém, em termos ocupacionais, verifica-se a ausência de estudos, destacando-se o trabalho de Pessoa (2011b) acerca da variação

do perfil ocupacional do Executivo municipal entre 2002 e 2009.

Nesse sentido, pretende-se ampliar o período temporal analisado por Pessoa (2011b), como também comparar a variação nos três níveis federativos. Para além do ponto de vista político, a análise ocupacional traz um, enfoque sociológico das funções desenvolvidas dentro do Estado brasileiro, observando como as mudanças tecnológicas também direcionam as decisões públicas no que diz respeito às necessidades de operação dos serviços públicos.

Para isso, foram utilizados dados da RAIS, que é um censo do mercado de trabalho formal. São extraídos o número de vínculos públicos de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em seu nível mais desagregado, as ocupações, e em seu nível mais agregado, os grandes grupos. Os resultados apontam para heterogeneidades entre os níveis de poder no que se refere, por exemplo, ao crescimento menos acentuado do estadual, ou do aumento de ocupações mais basilares para a implementação de políticas públicas em saúde e educação nos municípios. Desse modo, entender o processo de transformação do funcionalismo público do Executivo brasileiro fornece insumos para compreender o papel desse poder em seus diferentes níveis. Além disso, permite-se destacar as características do setor público em comparação ao privado, as respostas do Estado frente às demandas sociais por serviços e o panorama de mudanças ocupacionais e tecnológicas em um contexto de crescente automatização e transformações no mundo do trabalho.

Além dessa introdução, o artigo possui mais

quatro seções. A próxima seção analisa aspectos políticos e sociológicos das transformações do funcionalismo público no Brasil. A terceira seção apresenta os dados e as categorias analisadas, seguida da seção de resultados que traz um panorama geral do crescimento do Poder Executivo no Brasil, a variação por grandes grupos ocupacionais, e, por fim, a apresentação das 25 ocupações que mais cresceram e mais diminuíram entre 2003 e 2018 em cada nível. O artigo é encerrado com uma discussão conclusiva acerca dos resultados à luz do contexto que enredou essas quase duas décadas analisadas.

FUNCIONALISMO PÚBLICO, ESTADO E OCUPAÇÕES

A resposta sobre o que constitui o Estado brasileiro remete a perspectivas que vão desde administrativas até filosóficas. Investigar as características do funcionalismo público e as suas mudanças ao longo dos anos permite compreender como o Estado responde às demandas da sociedade, pelo menos em termos de recursos humanos. Por meio de um breve olhar histórico, pode-se afirmar que o funcionalismo público no Brasil foi descrito de diferentes maneiras, como patrimonialista e clientelista (Bresser-Pereira, 2001), ou como um Estado “elefante”, inchado e lento (Lassance, 2017). Até a década de 1930, as regras para o funcionalismo público não eram bem definidas, o que tinha como reflexo um Estado que acomodava outros interesses que não o público (Bresser-Pereira, 2001).

No contexto do Estado Novo, criou-se o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1936, com o objetivo de

adotar regras mais impessoais de seleção para a administração pública, embora não tenha havido um isomorfismo imediato dos outros entes da Federação (Pessoa, 2002). Nas décadas subsequentes, outras transformações são observadas no serviço público brasileiro, como o seu posicionamento dentro do governo militar e a sua importância pós-Constituição Federal de 1988 (Pessoa, 2011a; Mattos, 2011). Em linhas gerais, investigar o funcionalismo público e suas variações é investigar a história de decisões, demandas e processos tecnológicos do Estado.

Saltando para as três décadas seguintes à promulgação da Constituição de 1988, o serviço público passou por crescimento paulatino e momentos mais evidentes de inflexão. Após o governo Collor, que pouco alterou o serviço público no Brasil em termos qualitativos e quantitativos, o governo de Fernando Henrique Cardoso deu início, em 1995, a um Plano Diretor de Reforma Administrativa que tinha como motivação a adoção de uma perspectiva mais gerencial de gestão pública, como bem analisam Abrucio (2007) e Filgueiras (2018).

Na virada de 2002 para 2003, a mudança de governo e o acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) trouxeram novos elementos para essa trajetória. Segundo Filgueiras (2018), o governo Lula deu seguimento à perspectiva de fortalecimento das carreiras no setor público. No mesmo período, o TCU considerou os vínculos públicos precários como irregulares, exigindo a regularização por parte do poder público. Como resultado, em 2003 foram abertas 25 mil vagas, sendo 15 mil no Ministério da Educação (Lassance, 2017). Nesse sentido, após 2003

ocorre um aumento no número de vínculos ocasionado pelas resoluções do acórdão do TCU, mas também em função da dinâmica das políticas públicas, já que a participação de Estados e, principalmente, municípios, se torna maior.

Em termos quantitativos, considerando todos os níveis e esferas de poder, o número cresceu a 2,2% ao ano entre 1995 e 2002 (atingindo 7,6 milhões de vínculos), e 2,9% entre 2003 e 2018 (com 11,2 milhões) – no setor privado, esses percentuais foram de 3,1% e 4,1%, respectivamente (Atlas do Estado Brasileiro, 2020a). Em termos proporcionais, porém, há diferenças substanciais entre os níveis, com a consolidação da tendência de diminuição do nível federal que era de 17% em 1990, caindo para menos de 10% em 2004. O nível municipal, que em 2000 era 44% de todo serviço público brasileiro atinge 57,9% em 2018, enquanto os Estados caem para 32,2% (Atlas do Estado Brasileiro, 2020b).

Essa narrativa histórica denota uma transformação e uma modernização por meio de uma perspectiva política. O Estado tornou-se, nesse sentido, mais próximo a preceitos de impessoalidade e eficiência demandados pela sociedade. Por outro lado, também se transforma em bases sociológicas e tecnológicas. Com o passar das décadas, o perfil de servidores públicos foi se tornando diverso à medida que o papel do Estado também foi se alterando. Como demonstra Furtado (2018), a Constituição Federal de 1988 aumentou o leque de serviços providos pelo Estado, além de redistribuir funções em educação, saúde, segurança e assistência social entre as esferas de poder e níveis federativos. Além disso, Pessoa (2011b) também identifica trans-

formações na participação dos municípios, que deixam um papel auxiliar até a década de 1980 para protagonista no provimento de atividades finalísticas nas décadas do século XXI.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo aprofundar a análise ocupacional em três vetores: (a) temporal, analisando o intervalo entre 2003 e 2018, (b) níveis federativos, incluindo também as tendências para o Executivo federal e estadual, juntamente com o municipal, e (c) conceitual, incorporando também a dimensão dos grandes grupos ocupacionais da CBO, juntamente com as ocupações desagregadas.

Além disso, o setor público, em comparação ao setor privado de trabalho, se mostra um espaço importante de discussão pelas suas características organizacionais e sua função social. Sua estrutura burocrática é, muitas vezes, vista como rígida e centralizada (Bertolin, Zwick, & Brito, 2013), fazendo com que as demandas sociais sejam incorporadas de maneira lenta e incompleta – alvo, inclusive, de pressões por reformas, muitas vezes com exageros (Secchi, Farranha, Rodrigues, Bergue, & Medeiros-Costa., 2021). Por outro lado, porém, deve ser levado em consideração o fato de que os serviços públicos têm expectativas e objetivos distintos dos demais. Em consonância com Lima e Vargas (2012), busca-se demonstrar que as mudanças não ocorrem de cima para baixo, mas em interação com processos sociais e demandas difusas.

Conforme será indicado nos resultados analisados, as características que mais sobressaem entre 2003 e 2018 no Poder Executivo brasileiro são (a) o aumento de ocupações

de maior qualificação e em domínio tecnológico e (b) a sua permeabilidade em atividades-fim, relacionadas principalmente com saúde, educação e segurança. Com relação ao primeiro ponto, Lima e Oliveira (2017), por exemplo, afirmam que as atividades de tecnologia da informação representam o recorte mais dinâmico do mercado de trabalho atual. O seu crescimento, portanto, reflete, em partes, o processo de inovação ocupacional do setor, de maneira dialógica com as tendências gerais, dadas as especificidades e os esforços de busca por inovação (Cavalcante e Camões, 2017).

Na literatura sociológica, as ocupações surgem como um desdobramento da teoria das classes sociais, de maneira que se dá mais atenção às ramificações das atividades profissionais ao longo do desenvolvimento capitalista (Abbott, 1988; Gonçalves, 2007; Kalleberg & Mown, 2018). Neste trabalho, porém, a análise das ocupações será realizada pelo ponto de vista da organização, no caso o Estado, e não do indivíduo, de maneira que as ocupações refletem quais são os recursos humanos disponíveis para que o poder público possa atuar e como isso se alterou entre 2003 e 2018.

No Brasil, a CBO foi desenvolvida pelo IBGE de maneira a dialogar com a estrutura ocupacional internacional, como o ISCO (*International Standard Classification of Occupations*), com adequações à realidade e às ocupações mais comuns no país (Nozoe, Bianchi, & Rondet 2003). Essa classificação possui uma estrutura multinível que reflete as ocupações, tanto no seu nível mais desagregado, com 636 categorias, até os grandes grupos, que contam com 10. Esta última agregação busca uma homogeneidade

das atividades desenvolvidas e o nível de qualificação necessária para exercer cada uma das ocupações. Por exemplo, dentre os dez grandes grupos, tem-se o dos Profissionais de Nível Superior, que contempla ocupações em que se exige diploma de terceiro grau, ou a categoria de Produção de Bens e Serviços Industriais, que condensa trabalhadores em ocupações elementares de manutenção e trabalhos manuais. Desse modo, os trabalhadores brasileiros são, por meio da CBO, categorizados segundo características comuns. Para este trabalho, portanto, o interesse é compreender se há um perfil ocupacional que sobressai dentro do Estado nas últimas duas décadas.

Isso se mostra relevante por dois olhares, sendo um político e outro sociológico. Do ponto de vista político, pode-se inferir de que maneira o Estado é permeado por demandas públicas e como responde a isso por meio de seu corpo funcional. Do ponto de vista sociológico, tem-se um panorama de mudanças que investigam em que medida certas ocupações se tornam mais ou menos relevantes, principalmente em um contexto de automatização do trabalho e do serviço público nos próximos anos (Albuquerque, Saavedra, Morais, Alves, & Peng, 2019).

DADOS E METODOLOGIA

Os dados utilizados para a análise ocupacional do Poder Executivo nos três níveis de poder foram extraídos da RAIS, nos anos de 2003 e 2018. Essa base é agregada anualmente pelo Ministério da Economia com informações fornecidas por estabelecimentos empregadores públicos e privados. A RAIS é compreendida como um censo do mer-

cado de trabalho formal no Brasil e possui informações dos trabalhadores, como gênero, idade, escolaridade, e também dos estabelecimentos empregadores, como natureza jurídica da atividade desenvolvida, número de funcionários, município, entre outros. Os dados dos trabalhadores são informados como vínculos empregatícios, sendo que, de maneira geral, um mesmo indivíduo pode ter mais de um vínculo.

Para essa análise, duas variáveis foram consideradas. Primeiro, a natureza jurídica do estabelecimento para atribuir ao vínculo a categoria de público (Atlas do Estado Brasileiro, 2020c). A segunda variável é a ocupação com base na CBO. Conforme disponibilizado na RAIS, utilizou-se a CBO-2002, o que justifica o recorte temporal a partir de 2003. Essa classificação possui uma estrutura multinível, sendo que no mais desagregado estão as ocupações e no mais agregado os grandes grupos, que agregam ocupações de acordo com as características comuns das atividades realizadas.

As ocupações, por um lado, fornecem informações mais específicas acerca da atividade desenvolvida por aquele servidor, agregando “empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas” (MTE, 2021). Por outro lado, os grandes grupos permitem observar as tendências mais comuns ao Poder Executivo, sendo que cada categoria é definida pelo nível de competência exigido para aquela função, sendo o termo competência definido pela complexidade, amplitude e responsabilidade que envolve aquela atividade (MTE, 2021). Na prática, a ISCO-88 considera a escolaridade como tal indicador, na falta de outro que convirja internacionalmente (MTE, 2021). Nesse sentido,

dentro do esquema de grandes grupos da CBO, o número 1, os Dirigentes, não tem competência pré-definida, uma vez que podem ter formações escolares distintas e variadas. O grande grupo 2, de Profissionais das Ciências e das Artes, têm nível 4 de competência (diploma superior), seguido dos Técnicos de Nível Médio de competência 3, e dos demais com competência igual a 2. Há ainda o grande grupo 0, formado pelas Forças Armadas, que está excluída dessa análise devido à falta de dados completos anteriores a 2011 na RAIS. Por fim, vale ressaltar que os nomes utilizados para os Grandes Grupos estão reduzidos nas tabelas, para melhorar a visualização.

RESULTADOS

Nesta seção serão descritas as trajetórias ocupacionais do quadro de vínculos públi-

cos do Poder Executivo no Brasil nos três níveis federativos. Essa apresentação se inicia com a análise dos Grandes Grupos entre 2003 e 2018 (Tabela 1), seguido pelas ocupações, analisando as 25 categorias que mais cresceram e as 25 que mais diminuíram em termos absolutos para todos os três níveis federativos do Executivo brasileiro (Tabelas 2 a 7).

Considerando os nove Grandes Grupos analisados (isto é, sem as Forças Armadas), observa-se um crescimento do Poder Executivo de 42% entre 2003 e 2018, de 6,9 para 9,8 milhões de vínculos. Os níveis federal e municipal crescem aproximadamente 60% cada, em comparação a 2003, chegando a 628 mil vínculos naquele e 6,3 milhões nesse. Já o nível estadual teve um crescimento mais modesto, de 11%, com quase 2,9 milhões em 2018, apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Variação no número absoluto e relativo dos grandes grupos ocupacionais do Poder Executivo nos níveis federativos – Brasil, 2003 e 2018

Grandes Grupos Ocupacionais	FEDERAL			ESTADUAL			MUNICIPAL		
	2003	2018	Diferença (Variação %)	2003	2018	Diferença (Variação %)	2003	2018	Diferença (Variação %)
I - Dirigentes	19,037	24,021	4,984 (26.2)	193,129	535,465	342,336 (177.3)	281,809	530,475	248,666 (88.2)
II - Profissionais	122,916	280,015	157,099 (127.8)	757,769	791,528	33,759 (4.5)	931,574	1,718,051	786,477 (84.4)
III - Técnicos	48,182	77,476	29,294 (60.8)	660,487	768,798	108,311 (16.4)	716,521	1,295,372	578,851 (80.8)
IV - Serviços Administrativos	138,831	192,397	53,566 (38.6)	701,334	442,569	-258,765 (-36.9)	689,159	939,180	250,021 (36.3)

Leonardo Souza Silveira - Pedro Henrique Elgaly da Penha - Bruno Portes Costa de Castro

V - Serviços e Comércio	42,588	43,024	436	227,093	303,401	76,308	919,406	1,357,147	437,741
			(1.0)			(33.6)			(47.6)
VI – Agropecuários, Florestais e Pesca	672	608	-64	5,152	2,979	-2,173	20,401	17,130	-3,271
			(-9.50)			(-42.2)			(-16.0)
VII - Produção e Indústria I	13,465	9,195	-4,270	23,701	13,616	-10,085	257,799	319,606	61,807
			(-31.7)			(-42.6)			(24.0)
VIII - Produção e Indústria II	265	679	414	1,092	2,847	1,755	17,973	21,826	3,853
			(156.2)			(160.7)			(21.4)
IX - Reparação e Manutenção	540	1,458	918	9,516	2,296	-7,220	66,915	82,927	16,012
			(170.0)			(-75.9)			(23.9)
Total	386,496	628,873	242,377	2,579,273	2,863,499	284,226	3,901,557	6,281,714	2,380,157
			(62.7)			(11.0)			(61.0)

Fonte: RAIS/ MTE, 2003 e 2018.

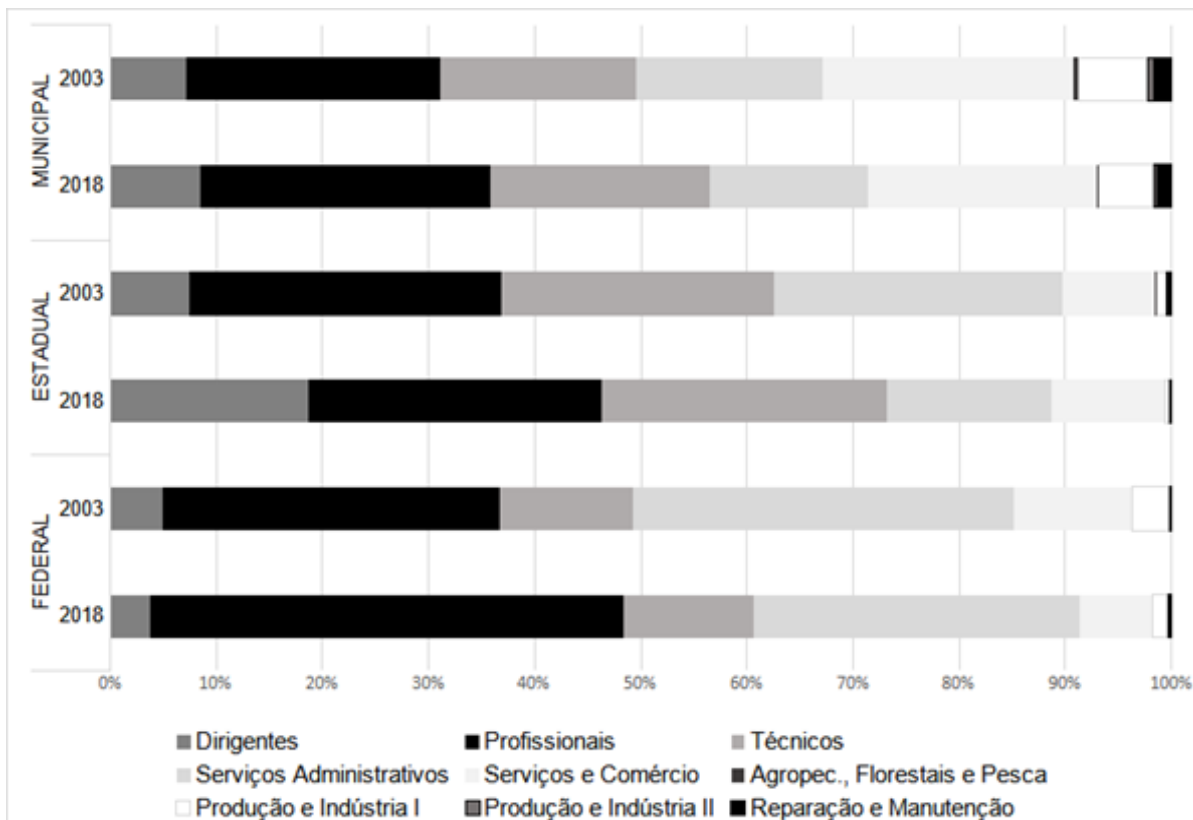
A variação é, porém, heterogênea entre os grandes grupos. No nível federal, observam-se categorias que mais que duplicaram entre 2003 e 2018 e outras que diminuíram em termos absolutos. Os maiores crescimentos para esse nível ocorreram entre os Profissionais, em 127,8%, Produção e Indústria II, em 156,2% e Reparação e Manutenção, em 170%. Contudo, essas duas últimas categorias somadas em 2018 possuem 2.137 vínculos, um valor ínfimo se comparado aos 280 mil vínculos dos Profissionais. Para além dessas, Dirigentes, Técnicos e Serviços Administrativos tiveram crescimento, mas inferior ao total de 63% do Executivo federal, além do número estável de Serviços e Comércio e da diminuição absoluta de Agropecuários, Florestais e Pesca, e Produção e Indústria I.

O nível estadual possui uma variação absoluta distinta por grandes grupos do nível federal. O principal crescimento é observa-

do entre os Dirigentes, passando de 193 mil vínculos para 535 mil. As categorias dos Técnicos e dos Serviços e Comércio crescem em 108 mil e 76 mil vínculos, respectivamente. Por outro lado, é observado no nível estadual o decréscimo de quatro categorias: de Serviços Administrativos; de Agropecuários, Florestais e Pesca; de Produção e Indústria I; e de Reparação e Manutenção, sendo que só na primeira é observada uma diminuição de quase 260 mil vínculos.

O funcionalismo público no Executivo dos municípios, por sua vez, tem um crescimento muito expressivo, de maneira que, com exceção dos Agropecuários, Florestais e Pesca, todos os grandes grupos tiveram crescimento absoluto. As cinco primeiras categorias da Tabela 1 representam quase a totalidade de todo o crescimento observado entre 2003 e 2018, tendo acréscimo de pelo menos 248 mil em cada.

Gráfico 1. Percentual de vínculos por grande grupo ocupacional do Poder Executivo por nível federativo – Brasil, 2003 e 2018



Fonte: RAIS/ MTE, 2003 e 2018.

O Gráfico 1 apresenta o tamanho proporcional de cada grande grupo por nível e por ano. Inicialmente, indica-se que, em todos os níveis, as categorias Dirigentes; Profissionais; Técnicos de Nível Médio; Serviços Administrativos; e Serviços e Comércio, se somadas, representam pelo menos 90% em cada ano. Ou seja, prevalecem no setor público ocupações de maior nível de qualificação, tipicamente urbanas e administrativas ou intelectuais (no setor privado, estas categorias somam 67,0%). A proporção, no entanto, varia por nível e por ano. Os Dirigentes, por exemplo, não atingem nem 10%

do total de servidores, com exceção do Executivo estadual em 2018.

O grupo Profissional é o mais numeroso, além de ter aumentado até 2018. No Executivo federal, esse grupo passou de 31,8% em 2003 para 44,5% em 2018, enquanto no Executivo municipal seu crescimento foi menor –23,9% para 27,4% –, com queda proporcional apenas nos Estados, onde correspondem a 27,6%. Além dos Profissionais e Dirigentes, os Técnicos, os Serviços Administrativos e Serviços e Comércio representam as parcelas mais numerosas.

Tabela 2. 25 ocupações que mais cresceram em números absolutos Poder Executivo federal – Brasil, 2003 e 2018.

Ocupação	Grande Grupo	Vínculos 2003	Vínculos 2018	Diferença	Varição
Assistente administrativo	Serviços Administrativos	54637	90703	36066	66.0%
Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	Profissionais	13836	40967	27131	196.1%
Professor da EJA do ensino fundamental (1ª a 4ª série)	Profissionais	28833	47037	18204	63.1%
Administrador	Profissionais	5278	18622	13344	252.8%
Visitador sanitário	Serviços e Comércio	5168	10874	5706	110.4%
Enfermeiro	Profissionais	5001	8822	3821	76.4%
Técnico de enfermagem	Técnicos	3044	6491	3447	113.2%
Analista de redes e de comunicação de dados	Profissionais	3987	7419	3432	86.1%
Técnico da receita federal	Profissionais	1566	4861	3295	210.4%
Professor de nível médio no ensino profissionalizante	Técnicos	321	3323	3002	935.2%
Dirigente do serviço público federal	Dirigentes	18251	20986	2735	15.0%
Analista de desenvolvimento de sistemas	Profissionais	773	3501	2728	352.9%
Bibliotecário	Profissionais	946	3416	2470	261.1%
Técnico em administração	Técnicos	1996	4405	2409	120.7%
Técnico em radiologia e imagenologia	Técnicos	1218	3574	2356	193.4%
Policia rodoviário federal	Serviços e Comércio	7338	9404	2066	28.2%
Contador	Profissionais	1046	3092	2046	195.6%
Auditor-fiscal do trabalho	Profissionais	330	2371	2041	618.5%
Programador de sistemas de informação	Técnicos	533	2529	1996	374.5%
Pedagogo	Profissionais	275	2209	1934	703.3%
Secretária(o) executiva(o)	Profissionais	648	2492	1844	284.6%
Agente de defesa ambiental	Técnicos	2089	3779	1690	80.9%
Professor de técnicas agrícolas	Profissionais	165	1756	1591	964.2%
Faxineiro	Serviços e Comércio	342	1830	1488	435.1%
Técnico de contabilidade	Técnicos	1622	2993	1371	84.5%

Fonte: RAIS/ MTE, 2003 e 2018.

No que se refere ao Executivo federal, vê-se, na Tabela 2, as ocupações que mais cresceram entre os anos considerados. Este nível é, historicamente, o que conta com o menor número de vínculos, mas com profissionais mais qualificados e maior escolaridade média. Dentre elas, 13 fazem parte de um mesmo Grande Grupo ocupacional, o de Profissionais, e 7 compõem o de Técnicos. Do restante, três estão incluídas em

Serviços e Comércio, uma em Dirigentes e uma em Serviços Administrativos, que é, inclusive, a que apresentou maior variação absoluta, e destaca-se por isso. A presença de profissões como assistente administrativo, administrador, técnico em administração, secretária(o) executiva(o), auditor-fiscal do trabalho e técnico de contabilidade nessa lista demonstra o quanto as demandas de um Estado cada vez mais moderno e que visa

à otimização da eficiência de seus serviços estão ligadas à necessidade por adminis-

tradores especializados dos mais diversos setores no nível federativo federal.

Tabela 3. 25 ocupações que mais cresceram em números absolutos Poder Executivo estadual – Brasil, 2003 e 2018

Ocupação	Grande Grupo	Vínculos 2003	Vínculos 2018	Diferença	Variação
Dirigente do serviço público estadual e distrital	Dirigentes	167508	446616	279108	166.6%
Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	Profissionais	122866	247520	124654	101.5%
Agente de segurança penitenciária	Serviços e Comércio	19706	76682	56976	289.1%
Inspetor de alunos de escola pública	Técnicos	33406	74159	40753	122.0%
Técnico de enfermagem	Técnicos	3402	41261	37859	1112.8%
Enfermeiro	Profissionais	13850	32721	18871	136.3%
Programador de sistemas de informação	Técnicos	31702	49447	17745	56.0%
Professor de nível médio no ensino fundamental	Técnicos	375253	391249	15996	4.3%
Professor de ensino superior na área de orientação educacional	Profissionais	830	15652	14822	1785.8%
Atendente de enfermagem	Serviços e Comércio	6056	20533	14477	239.1%
Investigador de polícia	Técnicos	33753	48177	14424	42.7%
Faxineiro	Serviços e Comércio	8291	22124	13833	166.8%
Técnico em administração	Técnicos	10343	23415	13072	126.4%
Administrador	Profissionais	5282	17793	12511	236.9%
Professor de língua portuguesa	Profissionais	175	12055	11880	6788.6%
Pedagogo	Profissionais	709	12220	11511	1623.6%
Supervisor de ensino	Profissionais	4127	15174	11047	267.7%
Professor da EJA do ensino fundamental (1ª a 4ª série)	Profissionais	25452	35637	10185	40.0%
Professor de alunos com deficiência múltipla	Profissionais	143	7808	7665	5360.1%
Escrivão de polícia	Técnicos	13078	19338	6260	47.9%
Professor de geografia no ensino médio	Profissionais	1097	7114	6017	548.5%
Diretor-administrativo	Dirigentes	3171	7199	4028	127.0%
Professor de educação física no ensino médio	Profissionais	2157	6067	3910	181.3%
Diretor geral de empresa e organizações	Dirigentes	1167	4378	3211	275.1%
Agente de segurança	Serviços e Comércio	16765	19902	3137	18.7%

Fonte: RAIS/ MTE, 2003 e 2018.

Em relação ao nível estadual, a Tabela 3 demonstra como o crescimento absoluto das 25 ocupações que mais somaram novos vínculos foi inferior ao do nível federal, embora expressivo, passando de 900,2 mil

para 1,65 milhão. Como se pode observar, o número de vínculos estaduais é consideravelmente superior aos federais. Destas, 11 estão enquadradas em Profissionais, 7 em Técnicos, 4 em Serviços e Comércio, e 3 em

Dirigentes. A presença de profissões administrativas nessa lista, como administrador, técnico em administração e diretor-administrativo segue a mesma lógica das que cresceram no nível federal, mas o destaque

principal é a grande presença de ocupações ligadas à educação, com professores de diferentes níveis e especialidades aparecendo em peso na relação, além de outras profissões auxiliares do ramo.

Tabela 4. 25 ocupações que mais cresceram em números absolutos Poder Executivo municipal – Brasil, 2003 e 2018

Ocupação	Grande Grupo	Vínculos 2003	Vínculos 2018	Diferença	Variação
Dirigente do serviço público municipal	Dirigentes	166637	363814	197177	118.3%
Assistente administrativo	Serviços Administrativos	301870	489133	187263	62.0%
Professor de nível médio no ensino fundamental	Técnicos	287764	436570	148806	51.7%
Agente comunitário de saúde	Serviços e Comércio	63344	210443	147099	232.2%
Professor de nível médio na educação infantil	Técnicos	54127	190681	136554	252.3%
Professor da EJA do ensino fundamental (1ª a 4ª série)	Profissionais	160543	267238	106695	66.5%
Técnico de enfermagem	Técnicos	18697	125036	106339	568.7%
Professor de nível superior do ensino fundamental (1ª à 4ª série)	Profissionais	267904	371577	103673	38.7%
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	Serviços e Comércio	152528	251726	99198	65.0%
Professor de nível superior na educação infantil (quatro a seis anos)	Profissionais	19262	97677	78415	407.1%
Auxiliar de desenvolvimento infantil	Técnicos	25945	96236	70291	270.9%
Enfermeiro	Profissionais	26875	88313	61438	228.6%
Guarda-civil municipal	Serviços e Comércio	26609	78956	52347	196.7%
Supervisor-administrativo	Serviços Administrativos	61126	97477	36351	59.5%
Motorista de carro de passeio	Produção e Indústria I	50901	83374	32473	63.8%
Zelador de edifício	Serviços e Comércio	31516	62290	30774	97.6%
Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	Profissionais	45302	75776	30474	67.3%
Agente de saúde pública	Técnicos	53563	82607	29044	54.2%
Inspetor de alunos de escola pública	Técnicos	20646	49524	28878	139.9%
Assistente social	Profissionais	13807	42080	28273	204.8%
Vigia	Serviços e Comércio	73201	101458	28257	38.6%
Cozinheiro geral	Serviços e Comércio	63954	85596	21642	33.8%
Diretor-administrativo	Dirigentes	7338	27735	20397	278%
Pedagogo	Profissionais	5671	25624	19953	351.8%
Médico clínico	Profissionais	64571	83481	18910	29.3%

Fonte: RAIS/ MTE, 2003 e 2018.

Na Tabela 4, observam-se as 25 ocupações que mais cresceram em termos absolutos entre 2003 e 2018 no Executivo municipal. Dentre elas, 8 ocupações fazem parte do grupo dos Profissionais, 6 dos Técnicos e 6 dos Serviços e Comércio. Por área, destaca-se que são 9 ocupações diretamente ligadas à educação, 5 na saúde, 1 da segurança pública e 1 da assistência social,

contabilizando 16 categorias ligadas a tais áreas de provimento desses serviços de políticas públicas. As outras 9 categorias estão ligadas à parte administrativa, gerencial e de manutenção de prédios (zelador, limpeza, vigia) ou outros serviços (motorista, cozinheiro), sendo essas ocupações relacionadas a baixos salários.

Tabela 5. 25 ocupações que mais diminuíram em números absolutos Poder Executivo federal – Brasil, 2003 e 2018

Ocupação	Grande Grupo	Vínculos 2003	Vínculos 2018	Diferença	Variação
Auxiliar de escritório	Serviços Administrativos	72130	58322	-13808	-19.1%
Médico clínico	Profissionais	24030	12103	-11927	-49.6%
Porteiro de locais de diversão	Serviços e Comércio	8797	3851	-4946	-56.2%
Agente de saúde pública	Técnicos	10789	7479	-3310	-30.7%
Datilógrafo	Serviços Administrativos	6594	4166	-2428	-36.8%
Trabalhador da manutenção de edificações	Serviços e Comércio	2488	295	-2193	-88.1%
Procurador federal	Profissionais	2288	193	-2095	-91.6%
Motorista de carro de passeio	Produção e Indústria I	6895	4831	-2064	-29.9%
Servente de obras	Produção e Indústria I	2501	551	-1950	-78.0%
Vigilante	Serviços e Comércio	7042	5380	-1662	-23.6%
Auditor-fiscal da receita federal	Profissionais	8232	7192	-1040	-12.6%
Analista financeiro (instituições financeiras)	Profissionais	4448	3768	-680	-15.3%
Cirurgião dentista - clínico geral	Profissionais	1596	1144	-452	-28.3%
Telefonista	Serviços Administrativos	1313	890	-423	-32.2%
Cozinheiro geral	Serviços e Comércio	802	429	-373	-46.5%
Auxiliar de farmácia de manipulação	Serviços e Comércio	1324	988	-336	-25.4%
Astrólogo	Serviços e Comércio	1269	974	-295	-23.2%
Auxiliar de maquinista de trem	Produção e Indústria I	536	292	-244	-45.5%
Contínuo	Serviços Administrativos	1115	880	-235	-21.1%
Porteiro de edifícios	Serviços e Comércio	855	620	-235	-27.5%
Pedreiro	Produção e Indústria I	557	330	-227	-40.8%
Auxiliar de radiologia (revelação fotográfica)	Produção e Indústria I	881	659	-222	-25.2%
Copeiro	Serviços e Comércio	809	610	-199	-24.6%
Digitador	Serviços Administrativos	464	265	-199	-42.9%
Investigador de polícia	Técnicos	445	246	-199	-44.7%

Fonte: RAIS/ MTE, 2003 e 2018.

Ao analisarmos, agora, os dados acerca das profissões que mais perderam espaço no Poder Executivo em cada nível federativo, vê-se que, no nível federal, o número de vínculos das 25 ocupações que mais decresceram variou -31% em relação ao início da série, diminuindo de 168,2 mil para 116,4 mil. Dentre os grandes grupos nos quais elas se enquadram, 8 classificam-se em Serviços e Comércio, 5 em Profissionais, Produção e Indústria I e Serviços Administrativos e 2 em Técnicos. Diferentemente da relação das profissões que mais cresceram, não há um padrão de semelhança entre as que mais di-

minuíram, apesar de alguns perfis estarem mais em evidência pelos grandes grupos. De qualquer forma, as profissões variam muito entre si, desde motorista de carro de passeio a pedreiro ou investigador da polícia. Aquelas que apresentam um perfil similar são as ocupações de auxiliares, de escritório, de radiologia, de maquinista de trem e de farmácia de manipulação, o que demonstra como, com o passar dos anos, as funções auxiliares, que exigem qualificações menores, foram perdendo espaço no setor público, sobretudo no nível federal.

Tabela 6. – 25 ocupações que mais diminuíram em números absolutos Poder Executivo estadual – Brasil, 2003 e 2018

Ocupação	Grande Grupo	Vínculos 2003	Vínculos 2018	Diferença	Variação
Auxiliar de escritório	Serviços Administrativos	285504	105962	-179542	-62.9%
Professor de desenho técnico	Profissionais	76693	14462	-62231	-81.1%
Professor de nível superior do ensino fundamental (1ª à 4ª série)	Profissionais	135362	90652	-44710	-33.0%
Supervisor-administrativo	Serviços Administrativos	79162	39002	-40160	-50.7%
Professor de ciências biológicas do ensino superior	Profissionais	41015	1002	-40013	-97.6%
Professor de ciências exatas e naturais do ensino fundamental	Profissionais	38914	7328	-31586	-81.2%
Professor de biologia no ensino médio	Profissionais	24941	3164	-21777	-87.3%
Auxiliar de enfermagem	Técnicos	70831	54382	-16449	-23.2%
Professor de educação artística do ensino fundamental	Profissionais	34008	17888	-16120	-47.4%
Assistente administrativo	Serviços Administrativos	297015	282969	-14046	-4.7%
Agente de saúde pública	Técnicos	20597	9250	-11347	-55.1%
Médico clínico	Profissionais	46120	35500	-10620	-23.0%
Vigilante	Serviços e Comércio	12589	2886	-9703	-77.1%
Trabalhador da manutenção de edificações	Serviços e Comércio	43214	34011	-9203	-21.3%
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	Serviços e Comércio	61868	53210	-8658	-14.0%
Recepcionista de consultório médico ou dentário	Serviços Administrativos	7982	346	-7636	-95.7%
Porteiro de edifícios	Serviços e Comércio	9678	3646	-6032	-62.3%

FUNCIONALISMO PÚBLICO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI: TRANSFORMAÇÕES OCUPACIONAIS NOS DIFERENTES NÍVEIS DO PODER EXECUTIVO ENTRE 2003 E 2018

Professor de nível médio no ensino profissionalizante	Técnicos	6934	1109	-5825	-84.0%
Motorista de carro de passeio	Produção e Indústria I	12393	6632	-5761	-46.5%
Professor de língua e literatura brasileira no ensino médio	Profissionais	6905	1797	-5108	-74.0%
Professor de matemática no ensino médio	Profissionais	13558	8869	-4689	-34.6%
Agente de polícia federal	Serviços e Comércio	5026	395	-4631	-92.1%
Engenheiro agrônomo	Profissionais	5917	2917	-3000	-50.7%
Zelador de edifício	Serviços e Comércio	4910	2180	-2730	-55.6%
Datilógrafo	Serviços Administrativos	4871	2324	-2547	-52.3%

Fonte: RAIS/ MTE, 2003 e 2018.

No nível estadual, a redução relativa foi mais acentuada do que no federal, de -42% considerando as 25 ocupações com maior queda. Quanto aos Grandes Grupos, 10 dessas profissões enquadram-se na categoria de Profissionais, 6 na de Serviços e Comércio, 5 na de serviços administrativos, 3 em Técnicos e 1 em Produção e Indústria I. Algo que chama atenção é o fato de que, assim como naquelas que mais aumentaram

neste nível federativo, há muitos profissionais da educação na relação das que mais diminuíram numericamente. Professores de diferentes áreas são as que mais aparecem nessa lista, inclusive. Contudo, também se observa a presença de auxiliares, como de escritório e de enfermagem, e de trabalhadores de serviços de manutenção e limpeza, além de outras ocupações distintas.

Tabela 7. – 25 ocupações que mais diminuíram em números absolutos Poder Executivo municipal – Brasil, 2003 e 2018

Ocupação	Grande Grupo	Vínculos 2003	Vínculos 2018	Diferença	Varição
Trabalhador da manutenção de edificações	Serviços e Comércio	104902	54781	-50121	-47.8%
Dirigente do serviço público estadual e distrital	Dirigentes	34049	20151	-13898	-40.8%
Auxiliar de enfermagem	Técnicos	99328	90705	-8623	-8.7%
Professor de nível médio no ensino profissionalizante	Técnicos	13164	6118	-7046	-53.5%
Atendente de enfermagem	Serviços e Comércio	17113	10651	-6462	-37.8%
Colorista têxtil	Técnicos	5579	1433	-4146	-74.3%
Pedreiro	Produção e Indústria I	25930	21951	-3979	-15.3%
Professor de língua e literatura brasileira no ensino médio	Profissionais	6341	3160	-3181	-50.2%
Mestre (construção civil)	Produção e Indústria I	6956	3908	-3048	-43.8%
Carvoeiro	Agrupe., Florestais e Pesca	3611	616	-2995	-82.9%
Encanador	Produção e Indústria I	11178	8265	-2913	-26.1%
Professor de física no ensino médio	Profissionais	3240	382	-2858	-88.2%
Telefonista	Serviços Administrativos	11289	8582	-2707	-24.0%

Leonardo Souza Silveira - Pedro Henrique Elgaly da Penha - Bruno Portes Costa de Castro

Fiscal de tributos estadual	Profissionais	4035	1493	-2542	-63.0%
Dirigentes de entidades de trabalhadores	Dirigentes	2570	130	-2440	-94.9%
Dirigente do serviço público federal	Dirigentes	10223	7883	-2340	-22.9%
Datilógrafo	Serviços Administrativos	3243	928	-2315	-71.4%
Diretor geral de empresa e organizações	Dirigentes	5018	2909	-2109	-42.0%
Mecânico de manutenção de maquinas, em geral	Reparação e Manutenção	3303	1419	-1884	-57.0%
Encarregado geral de operações de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	Reparação e Manutenção	4152	2636	-1516	-36.5%
Caminhoneiro autônomo (rotas regionais e internacionais)	Produção e Indústria I	3497	2006	-1491	-42.6%
Retalhador de carne	Produção e Indústria II	1542	123	-1419	-92.0%
Analista de transporte em comércio exterior	Técnicos	1907	526	-1381	-72.4%
Diretor de instituição educacional da área privada	Dirigentes	4413	3034	-1379	-31.2%
Gerente de instituição educacional da área privada	Dirigentes	1698	342	-1356	-79.9%

Fonte: RAIS/ MTE, 2003 e 2018.

Por fim, a Tabela 7 apresenta as ocupações que mais se reduziram nos municípios entre 2003 e 2018, passando da soma de 388 mil vínculos para 254 mil. Dessas 25, 14 se referem a apenas três Grandes Grupos, sendo 6 dos Dirigentes, 4 dos Técnicos e 4 de Produção e Indústria I. Dentre os Dirigentes, trata-se de atividades gerenciais de maneira ampla, sendo duas relacionadas à educação. Das ocupações dos Técnicos, têm-se os auxiliares de enfermagem, professores de nível profissionalizante, colorista e analista de transporte. No caso dos dois primeiros, é preciso pontuar que, na Tabela 4, observa-se um aumento absoluto do número de técnicos de enfermagem e, na Tabela 2, um aumento no número de professores de nível profissionalizante no Executivo federal, tendo em vista que essa modalidade de ensino passou, em grande medida, para esse nível de poder. Por último, dentre os trabalhadores da Produção e Indústria I, as

principais quedas ficaram entre os pedreiros, mestre de construção, encanadores e caminhoneiros –sendo estas, funções que são mais prováveis de serem terceirizadas no setor público –, bem como a ocupação com maior queda, de trabalhador da manutenção de edificações, com 50 mil vínculos a menos em 2018.

CONCLUSÃO

Os resultados do presente trabalho revelam heterogeneidades e características do crescimento da força de trabalho no Poder Executivo brasileiro entre 2003 e 2018. A análise ocupacional mostra que o fato de o Estado ter crescido nos últimos anos não significa uma reprodução do panorama encontrado anteriormente, mas uma transformação do quadro de servidores em direção à modernização e ao encontro das pressões sociais por serviços mais eficientes. De maneira ge-

ral, tem-se um crescimento das ocupações relacionadas aos grandes grupos Profissionais em 977 mil vínculos, se somados os três níveis, e Técnicos, com mais de 716 mil, seguido de ocupações de direção e gerência com mais 596 mil vínculos públicos.

Esses resultados apresentam implicações importantes. Primeiro, pontua-se que, mesmo com o crescimento de 42% do funcionalismo no Poder Executivo, esse ainda é aquém da taxa relativa encontrada em países da OCDE. No Brasil, segundo Lassance (2017), cerca de 5% da força de trabalho era composta por funcionários públicos, enquanto nestes países o percentual era de 11% a 12%. Ou seja, em termos relativos, os brasileiros têm menos servidores à disposição do que esse grupo de países. Sugere-se, para estudos futuros, uma comparação semelhante, mas em termos ocupacionais, embora seja uma tarefa complexa, uma vez que cada Estado possui demandas sociais por serviços públicos e escopos de atuação distintos.

Em relação ao perfil das ocupações, observaram-se tendências nítidas, conforme destacado. Aumentaram sobremaneira os vínculos dos grandes grupos de Profissionais de Nível Superior, Técnicos de Nível Médio e Dirigentes, refletindo a forma como o Estado foi permeado pelas pressões e demandas por serviços mais especializados em educação, saúde e tecnologia, por exemplo, e nas ocupações de professores e outros profissionais da educação, enfermeiros, técnicos de enfermagem e outros técnicos da saúde, além de programadores e analistas de sistemas (estes últimos, nos níveis federal e estadual). Ao mesmo tempo, nas Tabelas 5, 6 e 7, observa-se o encolhimento das

ocupações menos especializadas e de menor qualificação relacionadas com a manutenção e construção. Por essa perspectiva, o Estado demonstra uma alta qualificação de seu corpo de servidores, além de evidenciar também especificidades em relação ao mercado de trabalho privado, uma vez que estes setores possuem finalidades e naturezas distintas.

Outra heterogeneidade de finalidades diz respeito aos níveis federativos. A trajetória das ocupações no setor público reflete também a redistribuição de funções e responsabilidades entre os entes federados, principalmente após a Constituição de 1988. Como sustenta Pessoa (2011b), após a Carta, aumentou-se as ocupações relacionadas à educação de nível médio nos Estados e de nível básico nos municípios, como um exemplo de redefinição das responsabilidades. Entre 2003 e 2018, observou-se a intensificação desse processo, com o número de professores de nível médio mais do que dobrando no nível estadual, e os vínculos de professores do ensino fundamental aumentando em 51% nos municípios. Além disso, outras dinâmicas são observadas, como o aumento de professores de ensino profissionalizante no nível federal, dada a criação e expansão dos institutos federais nos últimos 20 anos.

A variação das trajetórias ocupacionais agrega informações à análise do papel do Estado brasileiro e do seu funcionalismo público. Se o funcionalismo reflete “o que faz o Estado”, pode-se dizer que o Estado brasileiro passou a oferecer serviços mais qualificados e especializados, com um aumento substancial no quadro disponível em saúde e educação, além de estar mais preenchi-

do de servidores com capacidade gerencial, técnica e tecnológica.

Apesar dos questionamentos acerca das características organizacionais do Estado brasileiro (Bertolin et al., 2013; Secchi et al., 2021), este demonstra capacidade interativa com a sociedade a ponto de se transformar e se adequar (Lima & Vargas, 2012). Isso se reflete na expansão do que se entende por atividades-fim, ou seja, aquelas diretamente ligadas ao atendimento ao público, e não necessariamente com a manutenção da máquina e do patrimônio estatal.

Ainda assim, ressalvas devem ser feitas a aspectos contextuais neste estudo. Embora Estados e municípios compartilhem características orçamentárias, de atribuições e de formas de atuação, há uma grande heterogeneidade entre eles. Alguns possuem capacidade de arrecadação e mobilização de recursos maiores que outros, o que impacta na quantidade, na diversidade, na profissionalização e na finalidade do seu quadro de servidores. Como exemplo, a crise fiscal enfrentada pelos Estados na última década certamente influenciou no menor crescimento do funcionalismo público nesses entes em comparação ao Executivo federal e municipal. Cada ente federado possui direcionamentos políticos, pressões e demandas sociais específicas, o que pode ser considerado para análises e estudos de caso mais contextualizados no futuro.

Em suma, a análise da trajetória ocupacional do Poder Executivo entre 2003 e 2018 traz sugestões acerca da transformação do Estado em termos tecnológicos e finalísticos. É importante considerar, no entanto, quais os contextos de demandas sociais em

que ela ocorre e estabelecer critérios mais precisos com relação ao que se caracteriza como processo de modernização, tendo em vista o cenário de mudanças que ronda o funcionalismo público no Brasil (Secchi et al., 2021).

REFERÊNCIAS

- Abbott, A. (1988). Transcending general linear reality. *Sociological theory*, 169-186.
- Abrucio, F. L. (2007). Trajetória recente da gestão pública brasileira: Um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, 41(SPE), 67-86. doi:10.1590/S0034-76122007000700005.
- Albuquerque, P., Saavedra, C., de Moraes, R., Alves, P., & Peng, Y. (2019). *Na era das máquinas, o emprego é de quem? Estimação da probabilidade de automação de ocupações no Brasil*. Texto para Discussão IPEA 2457. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9116/1/td_2457.pdf
- Atlas do Estado Brasileiro. (2020a). *Total de vínculos de trabalho e pessoas no setor público e privado*. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/64>
- Atlas do Estado Brasileiro. (2020b). *Total de vínculos no setor público, por tipo de administração*. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/139>
- Atlas do Estado Brasileiro. (2020c). *Metodologia*. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/quem/12/metodologia>
- Bertolin, R., Zwick, E., & Brito, M. (2013). *Aprendizagem organizacional socioprática*

no serviço público: Um estudo de caso interpretativo. *Revista de Administração Pública*, 47(2), 493-513. doi:10.1590/S0034-76122013000200010

Bresser-Pereira, L. (2001). Uma nova gestão para um novo Estado. *Revista do Serviço Público*, 52(1), 5-24. doi:10.21874/rsp.v52i1.298

Cardoso, F. (1973). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2ªed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Cavalcante, P. L. C., & Camões, M. R. D. S. (2017). Inovação pública no Brasil: Uma visão geral de seus tipos, resultados e indutores. Cavalcante, P., Camões, M., Cunha, B. & Severo, W.. (org.). *Inovação no setor público: Teoria, tendências e casos no Brasil* – Brasília: Enap, Ipea.

Cavalcante, P., & Carvalho, P. (2017). Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): Avanços e dilemas. *Revista de Administração Pública*, 51(1), 1-26. doi:10.1590/0034-7612144002

Costa, J., Gaiger, F., Azevedo, B., Carvalho, S., & Barbosa, A. (2020). Heterogeneidade do diferencial salarial público-privado. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*. 68(26), 3-17. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9991>

Filgueiras, F. (2018). Indo além do Gerencial: A agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 52, 71-88. doi:10.1590/0034-7612161430.

Furtado, L. (2018). Profissionalização da Ad-

ministração Pública e o Poder Local: Parâmetros e resultados. *Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades*, 18.

Gonçalves, C. (2007). *Análise sociológica das profissões: Principais eixos de desenvolvimento*. Sociologia, 17.

Kalleberg, A., & Mown, T. (2018) Occupations, Organizations and Intragenerational Career Mobility. *Annual Review of Sociology*, 44, 283-303. doi:10.1146/annurev-soc-073117-041249

Lassance, A. (2017) *O Serviço Público Federal Brasileiro e a Fábula do Ataque das Formigas Gigantes*. Textos para Discussão IPEA 2287. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2287.pdf

Lima, J. C., & Oliveira, D. R. D. (2017). Trabalhadores digitais: As novas ocupações no trabalho informacional. *Sociedade e Estado*, 32(1), 115-143. doi:10.1590/s0102-69922017.3201006.

Lima, D. H., & Vargas, E. R. D. (2012). Estudos internacionais sobre inovação no setor público: Como a teoria da inovação em serviços pode contribuir? *Revista de Administração Pública*, 46(2), 385-401. doi:10.1590/S0034-76122012000200003.

Lopez, F; Guedes, E. (2018). *Atlas do Estado Brasileiro: Uma análise multidimensional da burocracia pública brasileira em duas décadas (1995-2016)*. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9492>

Lopez, F, & Silva, T. (2019). Filiações partidárias e nomeações para cargos da burocracia

federal (1999-2018). *Revista de Administração Pública*, 53(4),711-731.

Mattos, F. (2011). Emprego Público no Brasil: Aspectos Históricos e Evolução Recente. Cardoso, J. (org.). *Burocracia e Ocupação no Setor Público Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA.

MTE, 2021. *CBO – Informações Gerais*. Recuperado de <http://www.mtecbo.gov.br/cbo-site/pages/informacoesGerais.jsf#2>

Nozoe, N., Bianchi, A., & Rondet, A. (2003). A nova classificação brasileira de ocupações: Anotações de uma pesquisa empírica. *São Paulo em perspectiva*, 17(3-4), 234-246. doi:10.1590/S0102-88392003000300023.

Pessoa, E. (2002). *Evolução do emprego público no Brasil nos anos 90*. (Tese de

Doutorado, IE-Unicamp)

Pessoa, E. (2011a). O Aparelho Administrativo Brasileiro: Sua Gestão e Seus Servidores – De 1930 aos Dias Atuais. Cardoso, J. (org.). *Burocracia e Ocupação no Setor Público Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA.

Pessoa, E. (2011b). Emprego público e ocupações no serviço público municipal nos anos 2000. Cardoso, J. (org.). *Burocracia e Ocupação no Setor Público Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA.

Secchi, L., Farranha, A., Rodrigues, K., Bergue, S., & Medeiros-Costa, C. (2021). Reforma Administrativa no Brasil: Passado, Presente e Perspectivas para o Futuro frente à PEC 32/2020. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 26(83). doi:10.12660/cgpc.v26n83.82430